

Boletim informativo

Decisões TCDF

O texto apresentado neste informativo constitui-se em um extrato produzidos por este Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF sobre determinada matéria abordada por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão em referência, mas não representa o texto da decisão. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão e outras normas citadas, utilizando os links disponíveis.

Sessões dos dias 9 e 11 de dezembro de 2014.

Sumário *(links)*

1. LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 1.1. LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE BENS DE USO CONTÍNUO. CONTRATO DE EXECUÇÃO CONTINUADA. PRORROGAÇÃO POR ATÉ 60 MESES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA.
- 1.2. LICITAÇÃO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. PROVISÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS. RETENÇÃO DE LUCRO INSTITUÍDA POR LEI LOCAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. APRECIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DE LEI PELO TRIBUNAL DE CONTAS. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS POR SINDICATO PARA LIBERAÇÃO DE SALDO DE CONTA CORRENTE VINCULADA. DEPÓSITO EM CONTA VINCULADA EM BANCO PÚBLICO OFICIAL. COMPATIBILIDADE COM O INTERESSE PÚBLICO.
- 1.3. LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE ROUPARIA HOSPITALAR. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PROVACADA. DESÍDIA ADMINISTRATIVA. FALTA DE PLANEJAMENTO. ESSENCIALIDADE DO BEM. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
- 1.4. LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO. DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO. COMPATIBILIDADE DO PREÇO CONTRATADO COM O VALOR DE MERCADO. LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CUSTO DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL. COMPETÊNCIA REGIMENTAL DA TERRACAP – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA. DIVERGÊNCIA DE VALORES ENTRE LAUDOS PARTICULARES E LAUDO OFICIAL PRODUZIDO PELA TERRACAP. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E IMPARCIALIDADE.
- 1.5. CONTRATO. CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO. POLÍTICA DE AMPARO AO IDOSO. SECRETARIA ESPECIAL DO IDOSO. CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO.
- 1.6. LICITAÇÃO. LICITAÇÃO DE IMÓVEL. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. ASSUNÇÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. PAGAMENTO DE IPTU E TLP PELA CONCEDENTE.
- 1.7. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF. PROTOCOLO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO.
- 1.8. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

1.9. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. MATERIAL BETUMINOSO. CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO. ESTIMATIVA DE PREÇO DE ACORDO COM O VALOR DIVULGADO PELA ANP.

1.10. LICITAÇÃO. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART. RESPONSÁVEL TÉCNICO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PERCENTUAL MÍNIMO PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. CONSÓRCIO. EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE ITENS LICITADOS PARA CADA EMPRESA INTEGRANTE DE CONSÓRCIO. VISITA TÉCNICA. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PROPOSTAS. BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS. BDI SUPERIOR AO PREVISTO NO ORÇAMENTO ESTIMATIVO. REPACTUAÇÃO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. TERMO ADITIVO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

1.11. LICITAÇÃO. CONTRATO. EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. SUBESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS NO ORÇAMENTO-BASE. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. TERMO ADITIVO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

2. PESSOAL

1.1. PESSOAL. PENSÃO. COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

3. CONTAS

3.1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. CONCESSÃO E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM PARA A INATIVIDADE DE MILITAR. NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES. CONFISSÃO DA DÍVIDA PELO BENEFICIÁRIO. RESSARCIMENTO ESPONTÂNEO. DESCONTO EM FOLHA. JUROS DE MORA. ENCERRAMENTO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

3.2. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE NA PASSAGEM À INATIVIDADE DE MILITAR. TRANSCURSO DE PRAZO SUPERIOR A DEZ ANOS PARA A NOTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL. IMPEDIMENTO À PRODUÇÃO DE PROVAS. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

3.3. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. REQUISITOS LEGAIS PARA INSTAURAÇÃO. COMPROVAÇÃO DO DANO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS INSUFICIENTES.

4. PROCESSUAL

4.1. PROCESSUAL. RESPONSABILIDADE DE AGENTE POLÍTICO. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*. RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS MATERIAIS E DOCUMENTAIS QUE SUPOREM OS ATESTOS.

4.2. PROCESSUAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE, UNIRRECORRIBILIDADE OU UNICIDADE RECURSAL.

4.3. PROCESSUAL. ENCERRAMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. FALHAS NA ESTRUTURA DE ÓRGÃO OU ENTIDADE. OMISSÃO. RESPONSABILIZAÇÃO DE SUPERIOR HIERÁRQUICO.

4.4. PROCESSUAL. INDIVIDUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA.

4.5. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. ACIDENTE COM VIATURA POLICIAL. CRITÉRIOS PARA IMPUTAÇÃO DE DÉBITO.

4.6. PROCESSUAL. PARCELAMENTO DE MULTA. COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO DO DÉBITO EM PARCELA ÚNICA.

4.7. PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. INOVAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA.

4.8. PROCESSUAL. RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTE POLÍTICO.

4.9. PROCESSUAL. RESTITUIÇÃO DE VALORES PERCEBIDOS INDEVIDAMENTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. BOA-FÉ. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO.

4.10. PROCESSUAL. OITIVA OBRIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE DECISÃO DO TRIBUNAL.

4.11. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PREJUÍZO DECORRENTE DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIO. ASSINATURA DE TERMO DE PARCELAMENTO. DÉBITO REMANESCENTE. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS. DANO AO ERÁRIO.

1.12. COMPETÊNCIA DO TCDF. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. BANCO DE BRASÍLIA. REGIME JURÍDICO DE EMPRESA SUBSIDIÁRIA OU CONTROLADA. DEVER DE PRESTAR CONTAS.

1. Licitações e Contratos

1.1. [DECISÃO Nº 6356/2014](#). PROCESSO Nº 4942/1995.

LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE BENS DE USO CONTÍNUO. CONTRATO DE EXECUÇÃO CONTINUADA. PRORROGAÇÃO POR ATÉ 60 MESES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA.

“É admitida a interpretação extensiva do disposto no inciso II do art. 57 da [Lei nº 8.666/1993](#) às situações caracterizadas como fornecimento contínuo, devidamente fundamentadas pelo órgão ou entidade interessados, caso a caso”.

Precedentes: TCDF: [Decisão Normativa nº 3/1999](#), cujos efeitos foram restabelecidos por esta decisão; TCU: [Acórdão nº 766/2010 – P](#).

Decisão por unanimidade.

1.2. [DECISÃO Nº 6369/2014](#). PROCESSO Nº 10746/2012.

LICITAÇÃO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. PROVISÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS. RETENÇÃO DE LUCRO INSTITUÍDA POR LEI LOCAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. APRECIACÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DE LEI PELO TRIBUNAL DE CONTAS. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS POR SINDICATO PARA LIBERAÇÃO DE SALDO DE CONTA CORRENTE VINCULADA. DEPÓSITO EM CONTA VINCULADA EM BANCO PÚBLICO OFICIAL. COMPATIBILIDADE COM O INTERESSE PÚBLICO.

1. O artigo 4º da [Lei distrital nº 4.636/2011](#) não guarda conformidade com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal no período entre 26.08.2011 e 18.02.2014, data da sua revogação pela [Lei distrital nº 5.313/2014](#), podendo este Tribunal negar validade a possíveis atos praticados sob sua vigência.

2. Os demais mecanismos contidos na [Lei nº distrital 4.636/2011](#), tais como a exigência de declaração de quitação das indenizações trabalhistas, emitida pelo sindicato da categoria, para liberação de saldo constante da conta bloqueada e a obrigatoriedade do depósito em conta vinculada em banco público oficial não apresentam incompatibilidades com normas de hierarquia superior, configurando, na verdade, recursos essenciais ao resguardo da Administração Pública em face de sua responsabilidade subsidiária por encargos trabalhistas assentada na [Súmula nº 331](#) do TST.

Decisão por maioria.

1.3. [DECISÃO Nº 6353/2014](#). PROCESSO Nº 12276/2014.

LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE ROUPARIA HOSPITALAR. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PROVACADA. DESÍDIA ADMINISTRATIVA. FALTA DE PLANEJAMENTO. ESSENCIALIDADE DO BEM. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

A essencialidade do bem não autoriza a dispensa do devido processo licitatório e não tem o condão de justificar a falta de planejamento da entidade licitante para proceder à sua contratação em tempo hábil, evidenciando situação emergencial fabricada pela própria Administração.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

1.4. DECISÃO Nº 6383/2014. PROCESSO Nº 32396/2013.

LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO. DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO. COMPATIBILIDADE DO PREÇO CONTRATADO COM O VALOR DE MERCADO. LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CUSTO DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL. COMPETÊNCIA REGIMENTAL DA TERRACAP – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA. DIVERGÊNCIA DE VALORES ENTRE LAUDOS PARTICULARES E LAUDO OFICIAL PRODUZIDO PELA TERRACAP. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E IMPARCIALIDADE.

1. A TERRACAP possui competência regimental para produzir laudo de avaliação do custo de locação de imóvel no Distrito Federal destinado a subsidiar análise de compatibilidade de preço com o valor de mercado, conforme exigência do inciso X, do art. 24, da [Lei nº 8.666/1993](#).

2. 'As presunções de veracidade e imparcialidade, próprias das manifestações do poder público, militam a favor de laudo de avaliação do custo de locação de imóvel produzido por entidade competente, sobretudo quando não se apontam equívocos metodológicos que maculem as análises mercadológicas efetuadas'.

Decisão por unanimidade.

1.5. DECISÃO Nº 6385/2014. PROCESSO Nº 12829/2013.

CONTRATO. CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO. POLÍTICA DE AMPARO AO IDOSO. SECRETARIA ESPECIAL DO IDOSO. CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO.

A concretização da política de amparo ao idoso depende de ações conjuntas e complexas de entidades diversas, configurando prática ilegal a realização de atos voltados à aprovação, construção e reforma de Centro de Convivência do Idoso - CCI à margem da atuação da Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal e do Conselho dos Direitos do Idoso.

Decisão por unanimidade.

1.6. DECISÃO Nº 6236/2014. PROCESSO Nº 37068/2010.

LICITAÇÃO. LICITAÇÃO DE IMÓVEL. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. ASSUNÇÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. PAGAMENTO DE IPTU E TLP PELA CONCEDENTE.

'A licitação de imóvel é procedimento que visa obter o melhor preço para a Administração e não recuperar dívidas, sendo indevida a intenção da Administração de embutir no valor do objeto licitado débitos anteriores ao ajuste.'

Decisão por unanimidade.

1.7. DECISÃO Nº 6231/2014. PROCESSO Nº 28059/2014.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF. PROTOCOLO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO.

O protocolo de pedido de renovação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação é suficiente para efeito de habilitação de licitante.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

1.8. DECISÃO Nº 6218/2014. PROCESSO Nº 26650/2014.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

'Especificações do objeto a ser licitado fora dos padrões usuais do setor público, sem apresentação de justificativas fundamentadas, caracterizam restrição à competitividade.'

Precedente TCDF: Decisão nº [4113/2014](#).

Decisão por unanimidade.

1.9. DECISÃO Nº 6224/2014. PROCESSO Nº 32854/2014.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. MATERIAL BETUMINOSO. CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO. ESTIMATIVA DE PREÇO DE ACORDO COM O VALOR DIVULGADO PELA ANP.

"Os custos dos materiais betuminosos devem ser estimados com base no valor mais atual divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP."

Decisão por unanimidade.

1.10. DECISÃO Nº 6229/2014. PROCESSO Nº 26749/2014.

LICITAÇÃO. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART. RESPONSÁVEL TÉCNICO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PERCENTUAL MÍNIMO PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. CONSÓRCIO. EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE ITENS LICITADOS PARA CADA EMPRESA INTEGRANTE DE CONSÓRCIO. VISITA TÉCNICA. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PROPOSTAS. BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI SUPERIOR AO PREVISTO NO ORÇAMENTO ESTIMATIVO. REPACTUAÇÃO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. TERMO ADITIVO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

1. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente aos serviços de engenharia, deve integrar o procedimento licitatório, com indicação do responsável pelo projeto básico, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas ([Lei federal nº 6.496/1977](#), [Resolução CONFEA nº 1025/2009](#) e [Súmula TCU nº 260](#)).

Precedentes TCDF: Decisões nºs [5057/2014](#), [2344/2014](#), [27/2014-Ord](#), [4935/2013](#) e [5749/2012](#).

2. "O registro da ART de cargo ou função de profissional integrante do quadro técnico da pessoa jurídica não exime o registro de ART de execução de obra ou prestação de serviço – específica ou múltipla." ([Resolução CONFEA nº 1.025/2009](#))

3. "A ART define, para efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo empreendimento (ou serviço) de engenharia, considerando que cada etapa do projeto básico pode ensejar responsabilidades técnicas de profissionais distintos. A definição do agente incumbido de determinado encargo, tanto colabora para a perfeição do objeto a ser licitado (ao garantir que foram elaborados por profissionais habilitados), quanto possibilita uma avaliação mais precisa de responsabilidade por eventual contratempo em quaisquer das etapas do empreendimento".

4. A comprovação de vínculo do responsável técnico com a licitante deve se dar por ocasião da contratação.

Precedentes: **TCDF**: Decisões nºs [6345/2014](#), [184/2013](#), [3276/2012](#), [2755/2012](#), [1357/2012](#), [54/2012](#), [5582/2010](#), [3743/2010](#), [351/2010](#), [6584/2009](#), [4074/2009](#) e [3181/2008](#); **TCU**: Acórdãos nºs [513/2003](#), [727/2009](#), [141/2008](#), [597/2007](#).

5. Os percentuais exigidos para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional não devem ultrapassar 50% do quantitativo previsto no edital.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [3472/2014](#), [3394/2014](#), [5687/2013](#), [4211/2013](#), [184/2013](#), [1958/2011](#) e [6610/2010](#).

6. Admite-se restrição ao somatório de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional apenas nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarrete, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, devendo constar dos autos da licitação justificativa técnica para a restrição. "A justificativa técnica é aquela em que se comprova que a soma de atestados não é adequada ao objeto do certame, evidenciando os motivos devidamente acompanhados de estudos e análises técnicas".

*Precedentes: Decisões: **TCDF** nºs [5531/2014](#), [5049/2014](#), [4777/2014](#), [4694/2014](#), [4281/2013](#) e [6161/2010](#); **TCU**: Acórdãos nºs [1865/2012](#), [1231/2012](#), [1390/2010](#), [3043/2009](#), [2882/2008](#), [2215/2008](#), [1240/2008](#), [2656/2007](#), [2194/2007](#), [2359/2007](#), [1636/2007](#) e [2088/2004](#), todos do Plenário.*

7. A vistoria técnica é uma faculdade, devendo o edital admitir como suficiente a declaração do licitante de conhecer as condições do local de execução dos serviços.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [6191/2014](#), [5527/2014](#), [5057/2014](#), [4494/2014](#), [1644/2014](#), [356/2013](#), [3803/2012](#), [3638/2012](#), [3743/2011](#), [3373/2011](#), [2580/2011](#), [2237/2011](#), [3373/2011](#), [3743/2011](#) e [1443/2011](#).

8. A análise da aceitabilidade das propostas das licitantes deve se dar sobre o preço e não sobre um de seus componentes, a exemplo do BDI, uma vez que esse não é um critério de desclassificação previsto em lei.

9. 'No caso em que a proposta do licitante vencedor tenha BDI superior ao do orçamento-base, este último percentual será adotado quando houver a inclusão de serviços novos por meio de termo aditivo'.

10. Resguarda-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com a previsão de repactuação nos seguintes termos: **(i)** para a mão de obra, o critério de reajustar assenta-se na data-base da categoria e, **(ii)** para os demais insumos necessários à execução dos serviços, o reajuste ter por base algum índice que reflita a variação inflacionária, cuidando para que não haja incidência de um índice sobre o outro, nos termos do [Decreto distrital nº 34.518/2013](#).

Precedente TCDF: [Decisão nº 4776/2014](#).

11. Compromete o caráter competitivo da licitação a exigência de cada empresa participante de consórcio atender a um número mínimo de itens do edital. Ao contrário, deve-se permitir a soma dos quantitativos de cada consorciado para fins de qualificação técnica.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1394/2013](#), [2237/2011](#), [6553/2010](#), [5067/2010](#), [30/2010-Ord](#) e [3641/2007](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

1.11. DECISÃO Nº 6286/2014. PROCESSO Nº 625/2002.

LICITAÇÃO. CONTRATO. EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. SUBESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS NO ORÇAMENTO-BASE. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. TERMO ADITIVO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

‘Verificadas subestimativas relevantes nos quantitativos da planilha orçamentária, poderão ser celebrados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, desde que: **(1)** sejam observados os limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da [Lei nº 8.666/93](#), relativos a todos os acréscimos e supressões contratuais; **(2)** a modificação não enseje a ocorrência de “jogo de planilhas”; e **(3)** a correção dos quantitativos não tenha sido compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global do contrato compatível com o de mercado (compensações entre os ganhos e perdas do contratado).

Precedente TCU: [Acórdão nº 2929/2010-P](#).

Decisão por maioria.

[voltar sumário](#)

2. Pessoal

2.1. [DECISÃO Nº 6262/2014](#). PROCESSO Nº 29896/2014.

PESSOAL. PENSÃO. COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

1. "A percepção de pensão alimentícia por genitor e por irmão não emancipado até completar 21 anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, é condição essencial para fins de concessão de pensão por morte, mas pode não comprovar, isoladamente, a condição de dependente econômico do ex-servidor, obrigando a Administração a perscrutar a real existência dessa dependência;
2. "Caso não se tenha firmado juízo de valor acerca da dependência econômica do interessado da pensão por morte no bojo do processo que estipulou sua pensão alimentícia, a Administração pode valer-se do contido na [Resolução/TCDF nº 124/2000](#) (Título III, Capítulo 4) para exigir desses interessados outros documentos que julgar pertinentes;
3. "A percepção de pensão alimentícia por pessoa separada judicialmente, divorciada, ou cuja união estável tenha sido legalmente dissolvida, independentemente de qual procedimento foi utilizado para a instituição da pensão (separação litigiosa, acordo homologado judicialmente ou escritura pública) é suficiente para a concessão de pensão por morte, haja vista que a dependência econômica, nesses casos, é presumida;
4. "Como exceção à regra constante do subitem 1 (acima), a Administração pode aceitar a apresentação de uma ação judicial declaratória de dependência econômica, onde esteja fixado o percentual devido àqueles potenciais beneficiários da pensão por morte, como substituta da pensão alimentícia ali mencionada."

Precedente TCDF: [Decisão nº 665/2014](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

3. Contas

3.1. **DECISÃO Nº 6271/2014. PROCESSO Nº 9829/2013.**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CONCESSÃO E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM PARA A INATIVIDADE DE MILITAR. NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES. CONFISSÃO DA DÍVIDA PELO BENEFICIÁRIO. RESSARCIMENTO ESPONTÂNEO. DESCONTO EM FOLHA. JUROS DE MORA. ENCERRAMENTO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

1. Realizado o ressarcimento ao erário do valor indevidamente recebido pelo beneficiário, não há que se perquirir a responsabilização do agente, encerrando-se a tomada de contas especial (art. 13, I, da [Resolução nº 102/98](#)).

Precedentes TCDF: Decisões nos [1062/2014](#), [659/2014](#), [658/2014](#), [654/2014](#), [653/2014](#), [652/2014](#), [651/2014](#), [637/2014](#), [103/2014](#), [102/2014](#), [101/2014](#), [5894/2013](#), [5893/2013](#), [5892/2013](#), [5799/2013](#), [5798/2013](#), [5794/2013](#), [5789/2013](#), [5788/2013](#) e [5782/2013](#).

2. Dispensa-se a aplicação de juros de mora na ocorrência de ressarcimento espontâneo de valores apurados em razão de prejuízo causado ao erário.

Precedentes TCDF: Decisões nos [3916/2014](#), [3915/2014](#), [1410/2014](#), [659/2014](#), [577/2014](#), [377/2014](#), [101/2014](#), [5799/2013](#), [5798/2013](#), [5794/2013](#), [5789/2013](#), [5788/2013](#) e [5782/2013](#).

3. Os gestores não devem ser responsabilizados pelas irregularidades na concessão das indenizações de transporte, caso não tenha se caracterizado conduta dolosa e benefício próprio, cabendo a citação apenas do beneficiário.

Precedentes TCDF: Decisões nos [1834/2014](#), [1062/2014](#), [954/2014](#), [659/2014](#), [658/2014](#), [654/2014](#), [653/2014](#), [652/2014](#), [651/2014](#), [637/2014](#), [429/2014](#), [103/2014](#), [102/2014](#), [101/2014](#), [5894/2013](#), [5893/2013](#), [5892/2013](#), [5799/2013](#), [5798/2013](#), [5794/2013](#), [5789/2013](#), [5788/2013](#) e [5782/2013](#).

Decisão por unanimidade.

3.2. **DECISÃO Nº 6360/2014. PROCESSO Nº 29315/2012.**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE NA PASSAGEM À INATIVIDADE DE MILITAR. TRANSCURSO DE PRAZO SUPERIOR A DEZ ANOS PARA A NOTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL. IMPEDIMENTO À PRODUÇÃO DE PROVAS. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

O transcurso de prazo superior a dez anos entre a concessão de indenização de transporte a militar em decorrência de sua passagem para a inatividade e a primeira notificação do responsável destinada a apurar as irregularidades é fato impeditivo à produção de provas, o que enseja o arquivamento da TCE por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Precedente TCU: [Acórdão nº 3823/2013 – I](#).

Decisão por unanimidade.

3.3. **DECISÃO Nº 6363/2014. PROCESSO Nº 19985/2006.**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. REQUISITOS LEGAIS PARA INSTAURAÇÃO. COMPROVAÇÃO DO DANO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS INSUFICIENTES.

“É pressuposto para instauração de tomada de contas especial a existência de elementos fáticos e jurídicos suficientes para a comprovação da ocorrência de dano e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas que deram causa ou concorreram para a ocorrência de dano”.

Decisão por maioria.

[voltar sumário](#)

4. Processual

4.1. [DECISÃO Nº 6364/2014](#). PROCESSO Nº 43421/2009.

PROCESSUAL. RESPONSABILIDADE DE AGENTE POLÍTICO. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*. RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS MATERIAIS E DOCUMENTAIS QUE SUPOREM OS ATESTOS.

'Não se mostra razoável imputar responsabilidade a ex-Secretário de Estado em decorrência de reconhecimento de dívida promovido após atesto do serviço por setor próprio da entidade'.

Decisão por unanimidade.

4.2. [DECISÃO Nº 6249/2014](#). PROCESSO Nº 33095/2007.

PROCESSUAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE, UNIRRECORRIBILIDADE OU UNICIDADE RECURSAL.

O pedido de reexame de decisão plenária pode ser formulado uma única vez, em conformidade com o princípio da unicidade recursal previsto no art. 189 do [Regimento Interno do TCDF](#).

Precedentes TCDF: Decisões nºs [2863/2014](#), e [1809/2014](#).

Decisão por unanimidade.

4.3. [DECISÃO Nº 6253/2014](#). PROCESSO Nº 12132/2011.

PROCESSUAL. ENCERRAMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. FALHAS NA ESTRUTURA DE ÓRGÃO OU ENTIDADE. OMISSÃO. RESPONSABILIZAÇÃO DE SUPERIOR HIERÁRQUICO.

1. 'O reconhecimento de falha na estrutura do órgão ou entidade só é suficiente para isentar o servidor quando este houver alertado formalmente seu superior hierárquico da deficiência da estrutura administrativa, inclusive reiterado periodicamente o alerta'.

2. 'Mesmo presente a falha na estrutura administrativa do órgão ou entidade, o superior hierárquico poderá ser responsabilizado, caso se comprove a omissão na adoção de providências necessárias e suficientes para a correção das irregularidades que lhe foram reportadas.'

Precedente TCDF: [Decisão nº 4340/2003](#).

Decisão por unanimidade.

4.4. [DECISÃO Nº 6254/2014](#). PROCESSO Nº 17843/2011.

PROCESSUAL. INDIVIDUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA.

'Os procedimentos instrutórios que contenham proposta de aplicação de sanção, imputação de débito ou julgamento de contas devem contemplar a identificação dos responsáveis e a individualização das condutas praticadas, inclusive o tempo em que ocorreram os fatos, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa dos envolvidos, nos moldes do [Manual de Auditoria do TCDF](#), item 5.5.'

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

4.5. [DECISÃO Nº 6256/2014](#). PROCESSO Nº 6492/2012.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. ACIDENTE COM VIATURA POLICIAL. CRITÉRIOS PARA IMPUTAÇÃO DE DÉBITO.

'Nos sinistros de trânsito que envolvam viaturas policiais, para que haja imputação de débito, deverá restar demonstrada cumulativamente: **a)** a culpa do servidor; **b)** que o responsável não agia no estrito cumprimento do dever legal; **c)** que expôs o bem público a riscos irrazoáveis, estranhos à atividade policial ou inexigíveis para a situação de serviço em que se encontrava no momento do acidente.'

Precedente TCDF: [Decisão nº 4423/2004](#).

Decisão por unanimidade.

4.6. [DECISÃO Nº 6258/2014](#). PROCESSO Nº 23147/2012.

PROCESSUAL. PARCELAMENTO DE MULTA. COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO DO DÉBITO EM PARCELA ÚNICA.

1. O deferimento de parcelamento de multa ou de débito pelo Tribunal é medida facultativa, na forma regulamentada no artigo 27 da [LOTCDF](#), dos artigos 179 e 180 do [RI/TCDF](#) e da [Emenda Regimental nº 13/2003](#).

2. A impossibilidade de quitação do valor do débito em parcela única deve ser comprovada pelo requerente para justificar a concessão do benefício.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [2912/2014](#) e [2406/2014](#).

Decisão por maioria.

4.7. [DECISÃO Nº 6241/2014](#). PROCESSO Nº 37940/2013.

PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. INOVAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA.

'Feita a contestação de Representação pela parte requerida, inovações do representante na petição inicial não podem ser conhecidas pelo Tribunal, sob pena de violar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.'

Decisão por maioria.

4.8. [DECISÃO Nº 6248/2014](#). PROCESSO Nº 22786/2007.

PROCESSUAL. RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTE POLÍTICO.

1. Não é razoável a responsabilização de agente político por irregularidades de natureza meramente operacional, atribuível aos servidores do órgão ou entidade.

2. 'A responsabilidade dos agentes políticos diz respeito à supervisão dos atos praticados nos órgãos ou entidades que dirigem, em atenção ao Princípio da Desconcentração Administrativa, o qual afasta a centralização de todas as competências na mesma autoridade.'

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1321/2014](#), [1001/2014](#) e [6415/2013](#).

Precedentes TCU: Acórdãos nºs [2922-42/2013](#), [1016-14/2013](#), [1511-23/2010](#), [1727-33/2008](#), [1541/2007](#), [454/2007](#), [648/2003](#), [177/1998](#), [277/1997](#), [428/1996](#); [Decisão 180/1998](#), da 1ª Câmara; e Decisões nºs [666/2001](#), [184/2002](#) e [2174/2004](#), da 2ª Câmara.

Decisão por maioria.

[voltar sumário](#)

4.9. [DECISÃO Nº 6272/2014](#). PROCESSO Nº 12195/2014.

PROCESSUAL. RESTITUIÇÃO DE VALORES PERCEBIDOS INDEVIDAMENTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. BOA-FÉ. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrada a boa-fé do servidor e o erro da Administração não há que se exigir do servidor o ressarcimento ao erário da quantia percebida a mais.

Precedentes: Decisões TCDF nºs [4990/2014](#), [3478/2014](#), [116/2014](#), [5611/2013](#), [5009/2013](#), [5239/2013](#), [4780/2013](#), [3628/2011](#), [1740/12](#), [3918/2013](#), [1742/2010](#) e [6806/2007](#).

Decisão por unanimidade.

4.10. [DECISÃO Nº 6288/2014](#). PROCESSO Nº 2107/2003.

PROCESSUAL. OITIVA OBRIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE DECISÃO DO TRIBUNAL.

É nula a decisão que se manifesta sobre matéria de oitiva obrigatória do Ministério Público junto ao Tribunal sem a observância dessa condição, devendo o feito retornar ao estágio anterior à decisão anulada.

Decisão por unanimidade.

4.11. [DECISÃO Nº 6382/2014](#). PROCESSO Nº 4843/2013.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. PREJUÍZO DECORRENTE DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIO. ASSINATURA DE TERMO DE PARCELAMENTO. DÉBITO REMANESCENTE. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS. DANO AO ERÁRIO.

Não ensejam o encerramento dos autos de TCE a assinatura de termo de parcelamento e posterior inscrição em dívida ativa do saldo não quitado e o respectivo ajuizamento de ação de execução fiscal, em decorrência da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos repassados via convênio, por remanescer o dano ao erário e a possibilidade de julgamento pela irregularidade das contas prestadas no exercício, em atenção ao princípio da independência das instâncias.

Precedente TCDF: [Decisão nº 6381/2014](#).

Decisão por unanimidade.

4.12. [DECISÃO Nº 6396/2014](#). PROCESSO Nº 23460/2013.

COMPETÊNCIA DO TCDF. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. BANCO DE BRASÍLIA. REGIME JURÍDICO DE EMPRESA SUBSIDIÁRIA OU CONTROLADA. DEVER DE PRESTAR CONTAS.

“Caracterizado em uma entidade o controle acionário, direto ou indireto, por parte de uma sociedade de economia mista, aquela se submete ao regime jurídico da controladora”. Assim, o Banco de Brasília e as entidades a ele vinculadas sujeitam-se ao dever de prestar contas para fins de julgamento por este Tribunal.”

Precedentes TCDF: Decisões nºs [4941/2014](#), [4912/2014](#), [4911/2014](#), [416/2014](#), [4364/2013](#), [4664/2013](#) e [6304/2011](#).

Decisão por maioria.

[voltar sumário](#)